

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA.

Cláudia Anastácio Coelho Cruz – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Rosemeri Melo e Souza – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

INTRODUÇÃO

A competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica da natureza, assim como promove a concentração de assentamentos humanos e atividades econômicas. Diante dessa realidade, os objetivos sociais e ecológicos definidos têm assumido posição secundária em relação aos objetivos econômicos, revelando a necessidade de maior reflexão acerca da incorporação do princípio da sustentabilidade em programas de desenvolvimento regional.

O modelo de desenvolvimento que predominou ao longo do século XX, promoveu a exploração intensa dos recursos naturais, dentre outros fenômenos resultantes de práticas perversas para a natureza e os homens. Tal destruição motivou o debate sobre o necessário compromisso com a perenização da vida, inserindo o princípio da sustentabilidade na pauta de discussões acerca do desenvolvimento das nações.

Estudos revelam que apesar da definição de objetivos sociais e ecológicos que contemplem as discussões sobre a sustentabilidade no desenvolvimento regional, é recorrente a operacionalização de objetivos econômicos de forma a fragilizar as dimensões sociais e ecológicas na implementação de programas estatais. Surge assim, a necessidade de repensar o desenvolvimento regional para além dos interesses econômicos hegemônicos, buscando como fundamento a valorização da cultura, da dinâmica da natureza e os interesses legítimos das comunidades locais no processo produtivo.

A reação à crise ambiental global - resultado de um processo de reflexão acerca da relação sociedade-natureza que se iniciou no século XIX - teve grande expansão a partir do século XX, com a preocupação por parte da comunidade científica acerca dos problemas ambientais na década de 50 e a adesão de diversos grupos e organizações não-governamentais na década de 60. Porém, a preocupação ambiental por parte de governos e partidos a partir da década de 70, inserindo diferentes atores sociais e institucionais com interesses diversos, tem resultado em diferentes posicionamentos no debate acerca da questão ambiental com repercussões no planejamento territorial.

Atualmente, o ambientalismo abrange os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. Esses diferentes segmentos sociais têm se apropriado de forma desigual dos conceitos relacionados à temática ambiental.

A discussão acerca da sustentabilidade e da aproximação entre representantes do Estado, mercado e comunidades locais na busca por outro desenvolvimento que atenda aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos, fazem com que a análise do discurso da

sustentabilidade manifesto nos programas de desenvolvimento regional se constitua em importante objeto de estudo.

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A análise dos enunciados que compõem o discurso, segundo Foucault (2004, p. 66), implica em tentar estabelecer “como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas [...]”. No campo discursivo ambiental, os temas ou teorias que se manifestam como discursividades em disputa; enunciados que expressam maior valorização da natureza ou da manutenção da forma de desenvolvimento tradicional da sociedade são retomados e reformulados buscando justificar o discurso defendido.

Os critérios de competência que permitem ao indivíduo proferir determinado discurso envolvem o que Foucault (2004) denomina o “lugar” de onde vêm as enunciações: quem fala, quem tem o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito para falar algo; onde obtém seu discurso, e onde se encontra sua origem legítima (lugar institucional); e qual é a posição assumida pelo sujeito em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos, quando exerce um discurso. Nesse sentido Foucault (2004, p. 61) destaca que “devemos buscar no discurso um campo de regularidade para as diversas posições de subjetividade”.

O ambientalismo predominante na atualidade remete à forma de ideologia que tem predominado, “a ideologia da competência, que divide a sociedade entre aqueles que sabem, e por isso mandam, e aqueles que não sabem, e por isso obedecem” (CHAUI, 2006, p. 9)

Na perspectiva de Foucault (1999), o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Ressalta que o discurso é aquilo que é o objeto do desejo. Nesse sentido, Foucault destaca que depois de sua manifestação, os discursos são submetidos à seleção e ao controle.

Analisando as práticas discursivas no campo ambiental é possível identificar uma abordagem conservadora e outra emancipatória, que representam a existência de combates, pontos de confronto e tensões quando tratamos da temática ambiental. A primeira se manifesta a partir de decisões sobre a utilização de recursos ambientais de forma centralizada, fundamenta-se numa racionalidade econômica e busca capitalizar a natureza através do mercado. A abordagem emancipatória defende a redefinição do processo produtivo e aponta para a reapropriação social da natureza (LEFF, 2005).

Na análise das escolhas teóricas e do aparecimento da utilização dos conceitos de desenvolvimento, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável no campo discursivo ambiental, se manifestam os “pontos de equivalência” (FOUCAULT, 2004) possíveis do discurso nos quais esses conceitos, incompatíveis em alguns aspectos, têm aparecimento idêntico, situam-se no mesmo nível e formam uma alternativa, mesmo que não tenham a mesma origem cronológica.

Explicitando as idéias de Foucault acerca das relações de poder implícitas nas discursividades, Leff (2006b) afirma que o saber ambiental deve ser entendido como um campo de formações ideológicas e teóricas heterogêneas, abertas e dispersas inscritas no discurso do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, pelo discurso da globalização econômica, pelo discurso oficial do Estado, pelo discurso dos ambientalistas e pela ordenação jurídica da legislação ambiental.

O Biocentrismo, Tecnocentrismo/Antropocentrismo e vertente emancipatória se apresentam como discursividades em disputa no campo ambiental. O Biocentrismo se manifesta no campo discursivo ambiental como uma concepção que se aproxima da vertente preservacionista. A concepção de natureza enquanto regida por um sistema de leis, das quais caberia ao homem conhecer a fim de dominar, conforme a doutrina cartesiana, alicerça os argumentos dos ambientalistas que se fundamentam na ideologia tecnocêntrica/antropocêntrica e a vertente considerada emancipatória defende a busca por formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e considera não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas busca atender às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural.

O debate acerca da crise ambiental é atravessado por interesses em conflito: conflitos de diferentes grupos sociais, de competência entre esferas de governo e entre leis ambientais que repercutem na prática social na medida em que o discurso defendido fundamenta as ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade.

O desenvolvimento numa perspectiva tradicional se caracteriza pela defesa da expansão econômica persistente, dominação da natureza e crescimento da produção como o caminho para o bem-estar coletivo (CAMARGO, 2005). Na busca por uma nova visão de desenvolvimento, fundado no equilíbrio nas relações entre sociedade e natureza, Ignacy Sachs formula na década de 1970 os princípios do ecodesenvolvimento definido como o “desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (SACHS, 2002). O autor destaca as cinco dimensões da sustentabilidade: sustentabilidade social, econômica, espacial, ecológica e cultural.

Leff (2005) alerta que o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade e que as estratégias de poder da ordem econômica dominante têm transformado o discurso defendido pelos representantes do ecodesenvolvimento, utilizando o discurso do desenvolvimento sustentável fundamentado numa racionalidade econômica.

Assim, é possível verificar que o discurso do desenvolvimento sustentável tem sido utilizado para justificar as decisões dos chamados países desenvolvidos, que ditam regras para o funcionamento da economia mundial e primam pelo crescimento econômico em detrimento dos anseios sociais e ecológicos das comunidades locais dos demais países. Nessa abordagem conservadora, o discurso da sustentabilidade trata do crescimento sustentado sem internalizar as condições ecológicas e sociais nesse processo. A crise ambiental não é considerada um efeito da acumulação de capital, mas do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. (LEFF, 2006a). Há um combate em torno do “estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha” (FOUCAULT, 1979, p.13). Ao contrário da abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável que se preocupa com uma repartição dos custos da degradação e contaminação ambiental, contabilizando os estoques de recursos e seus efeitos nas contas nacionais (LEFF, 2005, 2006), a abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável envolve compromissos com os objetivos sociais, ecológicos e econômicos.

Moraes (2005) enfatiza que o planejamento integrado e espacializado da ação do poder público pode ser viabilizado pelo ordenamento territorial o qual busca captar os grandes padrões de ocupação, as formas de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas, a fim de implementar políticas públicas articuladas. O ordenamento territorial é um instrumento de articulação trans-setorial e interinstitucional. Nessa perspectiva, a ação do poder público, no ordenamento territorial, é direcionada aos grandes conjuntos espaciais como as regiões, atentando para a densidade de ocupação, das redes instaladas e os sistemas

de transporte, comunicações e energia existentes e para as potencialidades e vulnerabilidades das áreas não integradas ao sistema produtivo.

As decisões e ações governamentais se efetivaram predominantemente para viabilizar as atividades econômicas de atores tradicionais cuja posse da grande propriedade está associada a baixos níveis de produção, fácil acesso a financiamentos e mão-de-obra barata (CASTRO, 2002). A autora destaca ainda que as relações políticas e econômicas realizadas no território na escala local e regional por esses atores tradicionais têm sido voltadas para a obtenção de recursos nas agências financiadoras regionais, para obter decisões favoráveis aos seus interesses, utilizando preferencialmente a burocracia do Estado.

Analisando o desenvolvimento sustentável como novo modelo de desenvolvimento regional Becker destaca que “O desenvolvimento sustentável constitui a face territorial da nova forma de produzir, a versão contemporânea da teoria e dos modelos de desenvolvimento regional” [...] (BECKER, 1995, p 55-56).

A partir da implementação de programas de desenvolvimento regional fundados na sustentabilidade surge a necessidade de considerar o caráter político do território, que envolve o jogo entre os “macropoderes” políticos institucionalizados e os “micropoderes” produzidos e vividos no cotidiano das populações; e o caráter integrador do território - o Estado em seu papel gestor e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas dimensões (HAESBAERT, 2004). Assim, a partir do fortalecimento dos grupos sociais é possível iniciar um processo de reterritorialização ou de reapropriação dos territórios no qual a relação com a natureza tem por finalidade primeira atender às necessidades legítimas da sociedade.

Leff (2006a) analisa a participação dos atores sociais nas políticas voltadas para a sustentabilidade discutindo a relação entre democracia representativa e democracia participativa. A democracia representativa tem se efetivado predominantemente no sentido de mascarar as diferentes visões e unificar os interesses diversos sem responder aos anseios das comunidades locais, ao contrário da democracia participativa, que implica o “direito a formular e realizar outros futuros possíveis, a inovar técnicas e a apropriar-se delas como forças produtivas, a democratizar os processos de produção de seus meios de vida”.

Conceber a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões: social, econômica e ambiental, representa superar a racionalidade econômica como fundamento do desenvolvimento que tem valorizado o crescimento econômico em detrimento dos anseios sociais e da preocupação com a biosfera.

O DISCURSO E A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Buscando contribuir para a análise das políticas de desenvolvimento regional considerando conceitual e empiricamente a análise do discurso da sustentabilidade como alternativa metodológica, a pesquisa teve por objetivo geral analisar o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia – PDRS e seus reflexos no ordenamento territorial. Os objetivos específicos são discutir a concepção de desenvolvimento sustentável que fundamentou a elaboração do PDRS Sudoeste da Bahia; investigar a participação do poder público, da iniciativa privada e das comunidades locais PDRS Sudoeste da Bahia; e confrontar o discurso ambiental com as ações voltadas para o ordenamento territorial na Região Sudoeste da Bahia. A Região Econômica Sudoeste da Bahia localiza-se entre 13°02’ e 16°00’ de

Latitude Sul e 39°32' e 41° 49' de Longitude Oeste, abrangendo 39 municípios, totalizando 42.542,9 Km² que corresponde a 7,5% da superfície do Estado da Bahia. A estrutura produtiva é composta predominantemente pelo comércio atacadista e serviços; pela lavoura cafeeira, criação de bovinos caprinos e ovinos; e atividades industriais dos ramos tradicionais. Foi feita a revisão bibliográfica; levantamento da documentação cartográfica; pesquisa sobre as ações implementadas; elaboração de mapas temáticos; realização de entrevista semi-estruturada com representantes do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil; sistematização e análise dos dados coletados.

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Região Sudoeste da Bahia destaca cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional. Entretanto, o discurso da sustentabilidade defendido no PDRS valoriza primordialmente a competitividade econômica com repercussões no ordenamento territorial e revela o sentido da sustentabilidade predominante no contexto da globalização.

As posições assumidas pelos atores regionais se diferenciam de acordo com o lugar institucional onde o discurso da sustentabilidade encontra sua origem e seu ponto de aplicação. A investigação sobre as unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza revela que 60% dos atores regionais, envolvendo os que têm vínculo com órgãos governamentais, que atuam como representantes do poder público municipal ou da iniciativa privada, mencionaram a exploração predatória como a característica predominante na relação sociedade-natureza na Região, porém sem vincular diretamente às características do processo produtivo (Figura 1), enquanto 35% dos atores regionais destacaram que essa relação se caracteriza pela utilização da natureza como objeto de acumulação e visão individualista/consumista dos atores regionais.

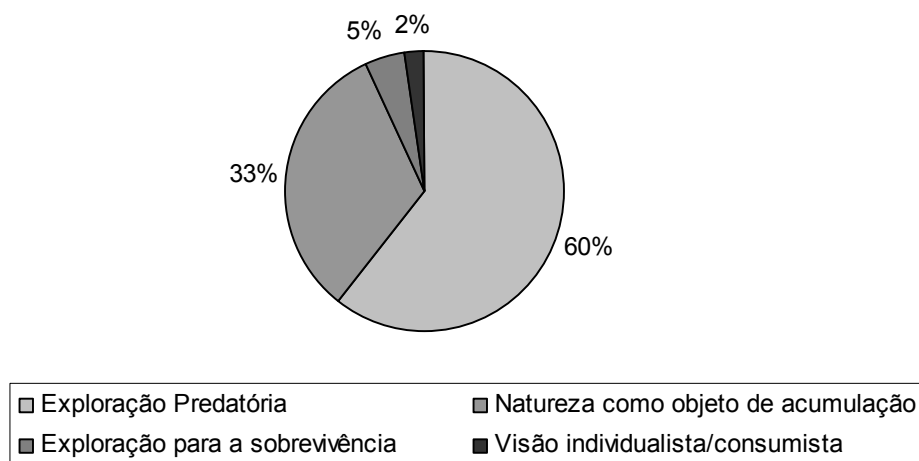


Figura 1 – Unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Esse percentual de 35% se refere predominantemente aos atores regionais vinculados à instituição de ensino, pesquisa e extensão que têm discutido sobre as características do processo produtivo no qual se utiliza a natureza como objeto de apropriação e acumulação em detrimento das condições ecológicas e das necessidades

reais da sociedade regional, assim como pelos representantes da sociedade civil organizada que têm questionado a degradação ambiental proveniente da busca pelo lucro rápido. Atores regionais vinculados a órgãos públicos que atuam com pequenos produtores atribuem à exploração para sobrevivência (5%) a relação entre sociedade e natureza predominante na Região.

As unidades de sentido apresentadas revelaram que os diferentes posicionamentos dos atores regionais estão diretamente vinculados ao lugar de onde vêm as enunciações repercutindo nas decisões políticas dos governos e nas práticas cotidianas na medida em que não consideram o processo produtivo predominante na Região como responsável pelos problemas ambientais por parte de 60% dos atores regionais resulta em não buscar alternativas produtivas que atendam aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos.

Os atores regionais que defenderam a preservação de determinadas áreas sem contestar as práticas produtivas predatórias que são incompatíveis com a realidade social e ecológica regional explicitaram em seus enunciados a ideologia predominante, na qual os problemas ambientais são discutidos de forma dissociada do processo de desenvolvimento tradicional.

Dentre os objetivos na busca por uma sociedade sustentável apresentados pelos atores regionais a igualdade social e melhoria das condições de vida representam 29% do total, dentre os quais se destacam os representantes de associações, cooperativas e ONG (Figura 2). Essa unidade de sentido faz referência à valorização das necessidades das comunidades e de alternativas locais de produção.

A garantia de trabalho, renda e diversificação produtiva foram apontadas por 26% dos atores entrevistados como objetivo para se atingir na busca por uma sociedade sustentável. Entretanto, nessa unidade de sentido, a defesa em “garantir a melhoria dos rendimentos para atender às exigências internacionais” por parte de representação do poder público revelou a desvalorização com os interesses da sociedade regional. O interesse pela competitividade internacional revelou traços do tecnocentrismo/antropocentrismo no qual o desenvolvimento tradicional predomina buscando atender primordialmente aos interesses econômicos como justificativa para um posterior bem-estar coletivo.

A defesa pelo desenvolvimento sustentável no qual privilegia a competitividade internacional expressa a forma como os discursos são submetidos ao controle após sua manifestação conforme aponta Foucault (1999). O discurso proferido por parte de representação do poder público e presente no documento que trata do PDRS revelou a forma como o discurso pode se investir em decisões e práticas em territórios no âmbito regional por parte de um determinado grupo de atores sociais.

Desse modo, os enunciados referentes à sustentabilidade regional apresentaram sentidos diferentes em função do grupo social e dos interesses envolvidos na defesa da sustentabilidade.

A educação ambiental é considerada uma importante estratégia na busca por uma sociedade sustentável por 19% dos atores regionais, demonstrando preocupação a formação de valores, habilidades e atitudes que contribuam para a formação de uma sociedade sustentável.

A defesa pela preservação ambiental apontada por 9% dos atores regionais, predominantemente composta por representantes da iniciativa privada, os quais não mencionaram a conservação ambiental, revela a preocupação em definir áreas de preservação somente para atender à legislação sem que o processo produtivo predominante seja modificado. Os enunciados referentes à preservação ambiental revelaram traços do biocentrismo/ preservacionismo no qual a única forma de proteger a

natureza seria afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la, mas que também atende ao objetivo de desviar a atenção da continuidade de práticas predatórias em outras áreas.

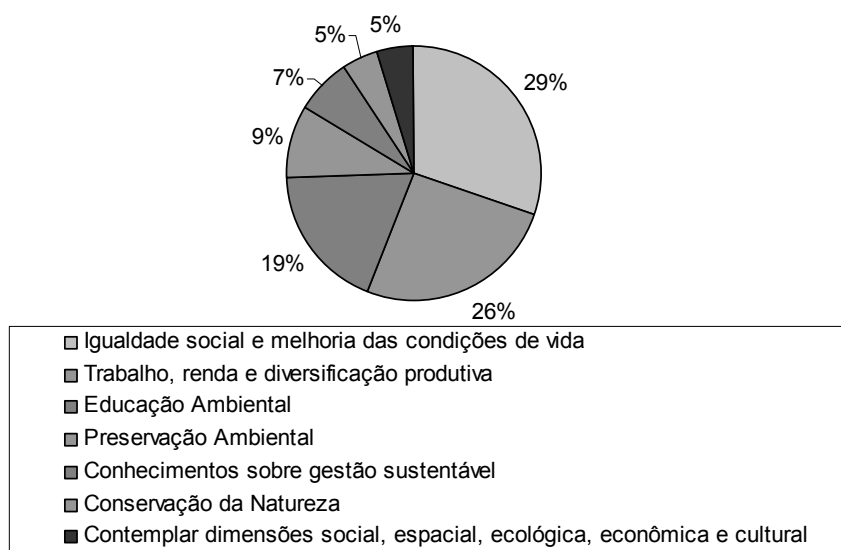


Figura 2 – Unidades de sentido referentes à sociedade sustentável apresentadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Representantes do poder legislativo, entidade financeira e órgão ambiental estatal totalizando 7% dos atores regionais consideraram o conhecimento sobre gestão sustentável o objetivo principal para se atingir na busca por uma sociedade sustentável por. Esses atores destacaram a necessidade de aproximação entre a Universidade e a comunidade a fim de buscar alternativas sustentáveis para as comunidades da Região. A construção de conhecimentos acerca da gestão sustentável constitui uma importante estratégia na transição para uma sociedade sustentável, entretanto, tem mobilizado poucos pesquisadores da Região para esse objetivo.

A preocupação com a conservação da natureza foi observada em 5% dos atores regionais pertencentes a órgãos governamentais. A defesa por uma sociedade sustentável considerando as dimensões social, espacial, ecológica, econômica e cultural foi observada em 5% dos atores regionais de instituição de ensino pesquisa e extensão.

Os atores regionais pertencentes à instituição de ensino, pesquisa e extensão defendem a abordagem emancipatória da sustentabilidade, na qual se buscam formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e consideram não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas também a necessidade de às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural, revelou que a concepção de sustentabilidade multidimensional ainda é restrita a poucos atores regionais e, predomina a defesa pela sustentabilidade econômica para se atingir a sustentabilidade social, conforme apresentado no documento que trata do PDRS Sudoeste da Bahia, com repercussões nas ações propostas e efetivadas na Região.

A investigação sobre as unidades de sentido referentes às políticas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais na Região Sudoeste da Bahia permitiu

identificar a concepção que diferentes atores regionais defendem e revelou a forma como essas políticas têm se efetivado na Região (Quadro 1).

QUADRO 1 – Unidades de sentido referentes às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

UNIDADES DE SENTIDO	ATORES REGIONAIS				
	Órgãos Governamentais	Instituição pública de Ensino, Pesquisa e Extensão	Representantes do poder público municipal	Sociedade Civil Organizada	Iniciativa Privada/ Entidade Privada
Sociedade não participa dos projetos					
Projetos verticalizados e para atender a interesses de grupos políticos e/ou econômicos					
Atuação isolada das instituições					
Descontinuidade dos projetos					

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

A participação dos atores regionais os projetos desenvolvidos na Região voltados para a sustentabilidade foi considerada frágil, haja vista a pouca participação na elaboração e implementação dos projetos apresentados nos relatórios do governo estadual. Os atores vinculados aos órgãos governamentais atribuíram a fraca participação da sociedade como resultado do desinteresse pelas ações voltadas para a sustentabilidade na Região. Porém, depoimentos dos atores vinculados à instituição Pública de Ensino, Pesquisa e Extensão revelam que houve pouca mobilização da sociedade por parte de representantes do poder público estadual para maior participação na elaboração de projetos e implementação de ações na Região.

O depoimento dos atores da sociedade civil organizada e de instituição pública de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre a implementação de projetos verticalizados para atender a interesses de grupos políticos e/ou econômicos revela que ainda tem se efetivado a ação governamental de cima para baixo e predomina a ideologia da competência (CHAUÍ, 2006) na qual se acredita que as secretarias de governo dispõem de conhecimentos para decidir sobre a realidade regional sem a participação da sociedade que poderia defender seus interesses e necessidades.

A falta de autonomia também representa a fragilidade da sociedade na medida em que muitos recursos têm seu objetivo desvirtuado, conforme depoimentos dos atores, enfraquecendo o poder de iniciativa da sociedade regional. Os depoimentos dos atores revelaram que a participação da população no Programa teve por objetivo legitimar interesses de pequenos grupos. Desse modo, predominou na Região a democracia representativa (LEFF, 2006a) que, ao contrário da democracia participativa, buscou unificar os interesses dos atores regionais sem atender às necessidades legítimas da sociedade regional.

A atuação isolada das instituições foi apontada por representantes do poder público municipal e pela iniciativa privada/entidade privada como uma característica

marcante na elaboração e implementação de projetos voltados para a sustentabilidade da Região Sudoeste da Bahia. Os depoimentos revelaram a existência de ações desarticuladas por parte das secretarias e entre interlocutores da área pública e privada. A gestão integrada e descentralizada prevista no documento que trata do PDRS não foi valorizada na implementação de ações. A forte diferenciação funcional e falta de uma cooperação intersetorial contribuíram para a atuação isolada das instituições na Região. Poucas parcerias têm se efetivado conforme análise sobre as ações voltadas para a sustentabilidade na Região.

Uma característica marcante na implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade por parte dos órgãos governamentais que executaram ações do governo do Estado no período de 2000 a 2005 foi a descontinuidade dos projetos. Muitos tiveram seus objetivos alterados e a disponibilidade de recursos reduzida em função de interesses políticos.

A análise sobre as unidades de sentido referentes à sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia revela que apesar do discurso da sustentabilidade se apresentar como alternativa ao modelo produtivo, predominou a fragilidade quanto à busca para se atingir os objetivos sociais e ecológicos haja vista a valorização dos objetivos econômicos na implementação de políticas para a Região, particularmente no período de 2000 a 2005.

A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DEFENDIDO E AS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO

Nos orçamentos do governo do Estado da Bahia nos anos de 2001 a 2005 estava prevista a aplicação de recursos com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável da economia, através da diversificação da estrutura produtiva regional” (BAHIA, 2003, p. 1213). O PDRS Sudoeste da Bahia destaca que “cabera a cada unidade setorial o detalhamento dos projetos, com vistas à montagem das propostas orçamentárias anuais, na medida em que eles já estejam no Plano Plurianual” O Plano Plurianual - PPA de 2000 a 2003, que estabelece as diretrizes de ação do governo do Estado, previa a aplicação de 63,5 % dos recursos extra-orçamentários (recursos da União, municípios, iniciativa privada e outros, que representavam 72 % do total de recursos do PPA) para promover a expansão das atividades produtivas com o objetivo de atrair empresas e promover o avanço científico e tecnológico; turismo, comércio, serviços e exportações; desenvolvimento e modernização da agropecuária. Do total de recursos previstos para o Estado no PPA de 2004 a 2007, 62,4% dos recursos orçamentários e extra-orçamentários foram destinados à “internacionalização da Bahia” - por meio do fluxo de bens e serviços e fortalecimento das empresas e produtos – e ao adensamento da matriz econômica e fortalecimento tecnológico.

Na distribuição de recursos do PPA 2000-2003 e PPA 2004-2007, foram considerados prioritários os chamados eixos de desenvolvimento do Estado nos quais a economia se apresentava mais dinâmica em função da atividade industrial, agroindústria voltada para exportação ou do turismo como os eixos Metropolitano, São Francisco e Chapada. A Região Sudoeste pertencente ao eixo Planalto recebeu poucos recursos em comparação com os eixos de desenvolvimento que têm atendido aos objetivos econômicos do Estado.

Na execução das ações governamentais predominou, no período da análise, a desarticulação das ações desenvolvidas pelas secretarias do governo o que confirma os depoimentos dos atores regionais ao apontarem a falta de integração entre os diferentes setores do governo. As ações desenvolvidas com o apoio da UESB tiveram maior

sucesso, mas essa parceria entre a universidade e a comunidade foi e continua sendo restrita a poucas áreas, conforme depoimento dos atores regionais.

As unidades de sentido referentes às estratégias de sustentabilidade na Região revelam que poucas mudanças foram implementadas de forma pontual (Figura 3).

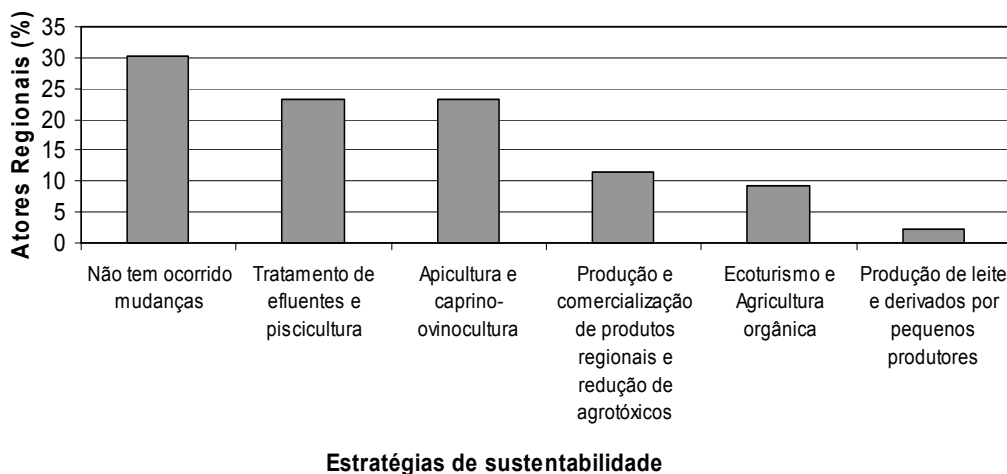


Figura 3 – Estratégias de sustentabilidade apresentadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

O tratamento de efluentes e a piscicultura foram apresentados pelos atores regionais como estratégias de sustentabilidade no município de Itapetinga. Nos municípios de Barra do Choça, Anagé e Vitória da Conquista tiveram destaque a apicultura e meliponicultura. A caprino-ovinocultura foi desenvolvida por pequenos produtores rurais nos municípios de Vitória da Conquista, Anagé, Belo Campo, Tremedal, Bom Jesus da Serra, Caetanos e Encruzilhada. Nos municípios de Poções e Manoel Vitorino a produção e comercialização de produtos regionais e redução de agrotóxicos foram apontadas como as principais ações realizadas.

O ecoturismo e a agricultura orgânica são ações apontadas pelos atores regionais no município de Jequié e a produção de leite e derivados foi apontada como estratégia de sustentabilidade no município de Barra do Choça. As estratégias de sustentabilidade apresentadas pelos atores regionais referentes ao ecoturismo, redução do uso de agrotóxicos e comercialização de produtos regionais foram desenvolvidas predominantemente por associações de moradores dos distritos ou por associações de produtores rurais.

O tratamento de efluentes por meio do projeto municipal de despoluição/revitalização do Rio Catolé e atividade de piscicultura se destacam no município de Itapetinga. A piscicultura promovida pela Associação de Piscicultores e Agricultores de Itapetinga teve recursos do Projeto Estadual Boa Pesca. A UESB apoiou o Projeto de Piscicultura no Município de Itapetinga por meio de orientação zootécnica. A precariedade dos equipamentos, instalações e a falta de recursos têm dificultado a continuidade da atividade.

A produção de leite e derivados por pequenos produtores foi apontada como uma das estratégias de sustentabilidade na Região. A Associação de Pequenos Produtores de Leite da Região de Água Fria e Adjacências, com sede no município de

Barra do Choça, construiu a usina de beneficiamento de leite com recursos do programa estadual Produzir II coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR). A UESB apoiou essa atividade por meio de orientação técnica aos pequenos produtores.

Os projetos de apicultura e caprino-ovinocultura foram mencionados pelos atores regionais como exemplo de projetos de maior sucesso na Região ao propiciar a geração de renda por meio de atividades compatíveis com a realidade socioambiental. Os projetos de apicultura e de caprino-ovinocultura estão entre os poucos exemplos de parceria entre Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Universidade e as associações da Região. O ecoturismo e a agricultura orgânica são mencionados pelos atores regionais como estratégias de sustentabilidade no município de Jequié. O ecoturismo foi e continua sendo desenvolvido por meio do Projeto Mãe da Mata e tem realizado palestras e oficinas para professores e líderes comunitários sobre a importância do bioma Caatinga e sobre a recuperação do Rio de Contas para o município, pelo Grupo Ecológico Rio das Contas – GERC, fundado em 1989.

O desenvolvimento da agricultura orgânica por associações de pequenos produtores no município de Jequié, conforme depoimento dos atores regionais, também tem contribuído para sensibilizar os produtores da Região quanto à necessidade de buscar alternativas que atendam aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos no processo produtivo.

Uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e de atividades econômicas permite a configuração rural-urbana equilibrada – característica da sustentabilidade espacial. Nesse sentido, foi investigada a relação entre investimentos no espaço rural e urbano na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005 (Figura 4).



Figura 4 – Investimentos no espaço urbano e rural da Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Predominou na Região o maior investimento público na cidade e a falta de investimento para o pequeno produtor rural, conforme depoimento de 63% dos atores regionais. A concentração de investimentos nas cidades da Região foi justificada por representantes do poder público como resultado da concentração da população na cidade. Entretanto, 17 municípios da Região apresentam população rural superior à urbana. Os poucos investimentos destinados à população rural foram de caráter conjuntural de forma a minimizar a condição de pobreza na qual vive a maioria da população rural na Região. Os grandes produtores rurais beneficiados com recursos públicos para investimento no campo, residem nas cidades da Região.

Essa realidade repercute fortemente nas condições de vida e na atividade produtiva no campo na medida em que o pequeno produtor, principalmente, sem condições financeiras de continuar a produzir fica desprovido de renda e quando não se transfere para a periferia das cidades da Região, perde sua autonomia e fica à espera de trabalhos temporários em grandes propriedades para sobreviver, o que contraria os objetivos apresentados no documento que trata do PDRS como a redução da pobreza e a desigualdade social.

Desse modo, a fragilidade da sustentabilidade espacial compromete diretamente a sustentabilidade econômica e social impedindo que se efetive a equidade social na Região. O governo tem o papel de promover políticas estruturais criando mecanismos para o acesso aos conhecimentos e recursos necessários para viabilizar o desenvolvimento de atividades produtivas na cidade e no campo.

O fato de não serem considerados os valores culturais para a autogestão dos meios da natureza no processo produtivo, as habilidades das comunidades e os valores expressos nas práticas de cooperação no trabalho representa a tentativa de inserir a discussão acerca da sustentabilidade na Região sem que haja uma mudança nos padrões produtivos predominantes.

Apesar do destaque no PDRS à importância do envolvimento e troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos e representantes dos segmentos da sociedade regional e do poder local, a legitimidade na execução das ações não foi efetivada devido à frágil participação da sociedade na seleção das ações e no atendimento às necessidades das comunidades da Região.

A falta de articulação entre as Secretarias do Estado e os órgãos governamentais bem como entre os governos municipais e a sociedade civil contribuíram para que a gestão sustentável não se configurasse num amplo processo na Região. As políticas econômicas e ambientais do Estado não foram articuladas revelando o verdadeiro sentido da sustentabilidade presente nas ações governamentais.

Os diferentes posicionamentos assumidos acerca da relação entre sociedade e natureza decorrem dos lugares institucionais nos quais o discurso encontra sua origem e se expressa por meio de práticas não-discursivas como as políticas e práticas cotidianas que se manifestam no território na escala regional.

Assim, a discussão sobre os valores e atitudes referentes à problemática ambiental por parte das instituições e a produção de conhecimentos sobre a gestão sustentável contribuirão para tornar efetiva a valorização de práticas sociais coerentes com a realidade socioambiental. É imperativo promover a discussão sobre práticas produtivas que valorizem não somente o nível econômico, mas que busque atender às aspirações sociais, ao nível biológico e cultural.

A discussão sobre os valores e atitudes acerca da relação sociedade-natureza impede que o sujeito individual ou coletivo entre no quadro de pensamento do sujeito do discurso sobre o desenvolvimento sustentável fundamentado na expansão econômica do mercado globalizado.

A participação dos atores sociais, por meio de consultivos e deliberativos para a definição de ações para a Região e aplicação dos recursos, contribuirá para a gestão sustentável na Região e construção de novas territorialidades em contraposição às dominadas pela competitividade global, podendo surgir um processo de reapropriação dos territórios a fim de garantir os interesses da sociedade na sua relação com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o discurso e a prática da sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia revela que as relações sociais realizadas no território na escala regional têm privilegiado interesses de grupos políticos e econômicos por meio da seleção de determinadas áreas para a liberação de recursos e da valorização de atividades voltadas para a garantia de competitividade no mercado.

Assim, a busca pela autogestão da produção voltada para valorização das necessidades locais depende da libertação dos ditames do mercado global. O Estado deve garantir as condições para a gestão democrática e sustentável dos meios naturais de produção e de existência das comunidades por meio de apoio político, jurídico e financeiro, assim como viabilizar o acesso a conhecimentos que contribuam para a melhoria de vida e para que o processo produtivo seja coerente com a dinâmica da natureza e cultura regional.

A dependência das decisões governamentais no ambiente de ingerência política e econômica predominante na Região no período de 2000 a 2005 inviabilizou o planejamento territorial voltado para um processo amplo de melhoria das condições de vida da população e de busca por alternativas produtivas sustentáveis. A carência de pesquisas sobre as fragilidades do meio ecológico, decorrentes da relação entre a dinâmica social e a dinâmica da natureza, também foi outro fator que inviabilizou a busca por soluções para os problemas socioambientais da Região.

Os depoimentos da maioria dos atores regionais e os relatórios oficiais revelam que as ações governamentais voltadas para a sustentabilidade na Região ocorreram de forma fragmentada nos diferentes setores do governo, de forma verticalizada e predominantemente incompatíveis com a realidade das comunidades da Região. A atuação dos atores sociais nos municípios buscando estratégias de sustentabilidade e a parceria entre a Universidade e a comunidade em poucos projetos, porém significativos para a Região, se apresentam como iniciativas a serem valorizadas haja vista sua importância para a busca de alternativas produtivas que sejam coerentes com as necessidades sociais e a dinâmica da natureza na Região.

O interesse pela competitividade internacional, no documento que trata do PDRS, por parte dos atores regionais que representam o poder público e da iniciativa privada, revelou que o tecnocrismo/antropocentrismo, no qual o desenvolvimento tradicional predomina buscando atender primordialmente aos interesses econômicos como justificativa para um posterior bem-estar coletivo, ainda predomina no discurso da sustentabilidade com repercussões no planejamento territorial.

A prática discursiva emancipatória e o biocentrismo/preservacionismo se apresentam como práticas discursivas em disputa na Região. A emancipatória, na qual se buscam formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e consideram não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas também a necessidade de atender às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural, foi defendida pelos atores regionais

pertencentes à instituição de ensino, pesquisa e extensão e pelos atores vinculados a associações, cooperativas e ONG da Região, os quais defendem a valorização das necessidades das comunidades e de alternativas locais de produção. O biocentrismo/preservacionismo, no qual predomina a preocupação em definir áreas de preservação somente para atender à legislação sem que o processo produtivo predominante seja modificado foi defendido pelos atores regionais da iniciativa privada.

Finalmente, é essencial admitir a necessidade de reflexão sobre políticas ambientais nas quais a sustentabilidade tenha um caráter multidimensional e seja pautada na participação legítima na tomada de decisões e na gestão da produção a fim de atender as necessidades sociais.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. A. (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B. K. A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil/ União Geográfica Internacional, 1995, p. 46-64.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

CASTRO, I. E. de. Seca 'versus' seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 283-324.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. (Tradução L. F. de Almeida Sampaio). 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. (Organização R. Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.